



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

**Processo:** 08002266220198230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **PABLIO VIEIRA DE SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar que já houve pagamento da condenação em **25/06/2019**, no valor de R\$2.853,82 (dois oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e dois reais), como se verifica:



Banco do Brasil

Nº DA CONTA JUDICIAL

800126750463

|                            |                       |                      |                         |
|----------------------------|-----------------------|----------------------|-------------------------|
| Nº DA PARCELA              | DATA DO DEPÓSITO      | AGÊNCIA (PREF / DV)  | TIPO DE JUSTIÇA         |
| 0                          | 25/06/2019            | 3797                 | ESTADUAL                |
| DATA DA GUIA               | Nº DA GUIA            | Nº DO PROCESSO       | TRIBUNAL                |
| 24/06/2019                 | 2559126               | 08002266220198230010 | TRIBUNAL DE JUSTICA     |
| COMARCA                    | ORGÃO/VARA            | DEPOSITANTE          | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) |
| BOA VISTA                  | 6 VARA CIVEL RESIDUAL | RÉU                  | 2853,82                 |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO      |                       | TIPO DE PESSOA       | CPF / CNPJ              |
|                            |                       | Juridico             |                         |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE |                       | TIPO DE PESSOA       | CPF / CNPJ              |
| PABLIO VIEIRA DE SOUSA     |                       | Física               | 78082552204             |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA    |                       |                      |                         |
| 55E206BFDA91C276           |                       |                      |                         |

Ressalte-se que o pagamento foi devidamente realizado de acordo com os cálculos que ora se apresenta:

### **Cálculo de atualização monetária**

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

| Dados básicos informados para cálculo |   |
|---------------------------------------|---|
| Descrição do cálculo                  | O cálculo retroagiu um mês                                |
| Valor Nominal                         | R\$ 1.687,50  |
| Indexador e metodologia de cálculo    | ENCOGE (XI ENCONTRO) - Calculado pelo critério mês cheio. |
| Período da correção                   | Junho/2018 a Maio/2019                                    |
| Taxa de juros (%)                     | 1 % a.m. simples  |
| Período dos juros                     | 8/1/2019 a 24/6/2019                                      |

| Dados calculados              |            |                     |
|-------------------------------|------------|---------------------|
| Fator de correção do período  | 334 dias   | 1,046248            |
| Percentual correspondente     | 334 dias   | 4,624818 %          |
| Valor corrigido para 1/5/2019 | (=)        | R\$ 1.765,54        |
| Juros(167 dias-5,000000%)     | (+)        | R\$ 88,28           |
| Sub Total                     | (=)        | R\$ 1.853,82        |
| <b>Valor total</b>            | <b>(=)</b> | <b>R\$ 1.853,82</b> |

R\$ 1.853,82 + R\$ 1.000,00 (honorários advocatícios) = **R\$ 2.853,82**

Outrossim, diante da apresentação do cumprimento voluntário da obrigação, requer ainda a V. Exa.: (i) o afastamento da intimação para pagamento sob pena de multa, caso haja; e (ii) seja intimada a parte autora para que se manifeste dando quitação ao cumprimento da obrigação, ou em caso de discordância, apresente memória de cálculo com valor de saldo remanescente, se houver, com posterior intimação do executado para pagamento e apresentação de peça de objeção.

**Em caso de concordância e tendo em vista o cumprimento da obrigação, requer a Ré a extinção do feito, procedendo-se a baixa do processo no cartório distribuidor, e, o subsequente, arquivamento dos autos.**

Ademais, nos termos do Provimento 68/2018 do CNJ, desde logo a requerida expressa que não se opõe ao levantamento dos valores depositados, suficientes para a satisfação total do crédito devido por força da condenação havida nos presentes autos.

Nestes Termos,  
Pede Juntada.

BOA VISTA, 25 de junho de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/RR 451-A

**SIVIRINO PAULI**  
OAB/RR 101-B